

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2022

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2022

Conteúdo

Relatório de Desempenho

Relatório do auditor independente sobre às demonstrações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais intermediários

Demonstrações do resultado intermediário

Demonstrações do resultado abrangente intermediário

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido intermediário

Demonstrações dos fluxos de caixa intermediários

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

Relatório da Diretoria

Prezados Senhores,

Apresentamos o Relatório da Diretoria e as demonstrações contábeis da Oliveira Trust DTVM S.A., relativa ao período findo em 30 de junho de 2022, conforme resolução nº 4.818/20 e circular nº 3.701/14, expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil (BACEN), respectivamente.

No semestre findo em 30 de junho de 2022, a Oliveira Trust DTVM S.A. obteve patrimônio líquido de R\$ 50.399 e lucro líquido de 20.234.

A Oliveira Trust agradece a todos os colaboradores, clientes e parceiros que contribuíram para este resultado.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2022.

A Diretoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Examinamos as demonstrações contábeis intermediárias da Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Circular nº 3.959 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias". Somos independentes em relação à Instituição de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador (CFC) e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis intermediárias e o relatório do auditor

A Diretoria da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Desempenho.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias não abrange o Relatório de Desempenho e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Desempenho e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Desempenho, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis intermediárias

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições a autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, incluindo a Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Circular nº 3.959/19 do Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis intermediárias.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis intermediárias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2022.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Av. das Américas, n° 3.434, Bl.7 - 2º andar - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ, Cep.: 22.640-102
CNPJ 36.113.876/0001-91

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		145.530	102.444
Disponibilidades	4	233	211
Aplicações interfinanceira de liquidez	4	120.064	89.135
Títulos e valores mobiliários	5	10.000	-
Ativos fiscais correntes	6	4.386	7.837
Rendas a receber	7	10.346	8.669
(-) Provisão para perdas esperadas associadas a risco de crédito	7 ii	(3.116)	(4.635)
Outros créditos	8	3.617	1.227
Ativo Não Circulante		5.293	3.657
Realizável a longo prazo		2.954	2.156
Outros créditos		2.954	2.156
Créditos tributários		2.954	2.156
Investimentos		6	6
Outros Investimentos		6	6
Imobilizado em uso	10	2.296	1.447
Imobilizado em uso		3.333	2.256
(-) Depreciação acumulada		(1.321)	(1.148)
Benfeitorias em imóveis de terceiros e expansão		506	506
(-) Amortização acumulada		(222)	(167)
Intangível	11	37	48
Ativos intangíveis		330	330
(-) Amortização acumulada		(293)	(282)
Total do Ativo		150.823	106.101
Passivo Circulante		100.424	58.757
Negociação e intermediação de valores	12	69.769	20.929
Provisões para despesas de pessoal	13	7.338	6.648
Obrigações fiscais correntes	14	17.563	26.304
Outros passivos	16	5.754	4.876
Patrimônio líquido	18	50.399	47.344
Capital social		28.524	28.524
Reservas legal		2.566	1.554
Outras reservas de lucro		19.309	17.266
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		150.823	106.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Av. das Américas, n° 3.434, Bl.7 - 2º andar - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ, Cep.: 22.640-102
CNPJ 36.113.876/0001-91

Demonstrações do resultado Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2022	30/06/2021
Resultado da intermediação financeira	19	5.513	847
Resultado de títulos e valores mobiliários		5.513	847
Resultado bruto da intermediação financeira		5.513	847
Outras receitas operacionais		28.274	20.882
Receita de prestação de serviços	20	79.866	57.610
Despesas de pessoal		(26.481)	(19.594)
Despesas tributárias	21	(7.508)	(5.217)
Despesas administrativas	22	(17.847)	(11.644)
Provisões/reversão para perdas associadas ao risco de crédito	7 ii	1.519	637
Perda de créditos não recuperados		(1.612)	(969)
Resultado de participação em controladas	9	-	(17)
Outras receitas operacionais		420	76
Outras despesas operacionais		(83)	-
Resultado Operacional		33.787	21.729
Resultado antes da tributação sobre o lucro		33.787	21.729
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	24	(13.553)	(8.796)
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente		(14.351)	(9.724)
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido		798	928
Lucro líquido do semestre		20.234	12.933
Número de ações		26.000	26.000
Lucro por ação - R\$		778,23	497,42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Av. das Américas, nº 3.434, Bl.7 - 2º andar - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ, Cep.: 22.640-102

CNPJ 36.113.876/0001-91

Demonstrações do resultado abrangente Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2022	30/06/2021
Lucro líquido do semestre		20.234	12.933
Outros resultados abrangentes			
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		-	(4)
Ativos financeiros disponíveis para venda - variação líquida no valor justo	5	-	(68)
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre outros resultados abrangentes	5	-	64
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social		20.234	12.929
Resultado abrangente total		<u>20.234</u>	<u>12.929</u>
Resultado abrangente atribuível aos:			
Acionistas controladores		20.234	12.929
Resultado abrangente total		<u>20.234</u>	<u>12.929</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Av. das Américas, n° 3.434, Bl.7 - 2º andar - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ, Cep.: 22.640-102
CNPJ 36.113.876/0001-91

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Aumento de capital social	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Legal	Outras			
Saldos em 31 de dezembro 2020	7.160	-	1.432	19.932	(92)	-	28.432
Aumento do capital social em homologação	-	21.364	(1.432)	(19.932)	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	12.933	12.933
Constituição de reservas	-	-	647	23	-	(670)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(4)	-	(4)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(12.263)	(12.263)
Saldos em 30 de junho de 2021	7.160	21.364	647	23	(96)	-	29.098
Mutações do semestre	-	21.364	(785)	(19.909)	(4)	-	666
Saldos em 31 de Dezembro 2021	28.524	-	1.554	17.266	-	-	47.344
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	20.234	20.234
Constituição de reservas	-	-	1.012	19.222	-	(20.234)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(17.179)	-	-	(17.179)
Saldos em 30 de junho de 2022	28.524	-	2.566	19.309	-	-	50.399
Mutações do exercício	-	-	1.012	2.043	-	-	3.055

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Av. das Américas, nº 3.434, Bl.7 - 2º andar - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ, Cep.: 22.640-102
CNPJ 36.113.876/0001-91

Demonstrações dos fluxos de caixa Semestres findos em 30 junho de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	30/06/2022	30/06/2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do período antes do IRPJ e da CSLL	33.787	21.729
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	239	214
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	93	332
Resultado de participação em controladas	-	17
Lucro líquido do período ajustado	34.119	22.292
(Aumento)/redução em contas do ativo		
Titulos e valores mobiliários	(10.000)	1.868
Ativos fiscais correntes	3.451	2.559
Rendas a receber	(3.289)	(3.583)
Outros créditos	(2.777)	(868)
Total de redução contas do ativo	(12.615)	(24)
Aumento/(redução) em contas do passivo		
Negociação e intermediação de valores	48.840	(164)
Provisão para despesas de pessoal	690	595
IRPJ e CSLL pagos	(23.091)	(16.410)
Obrigações fiscais correntes	-	519
Outros passivos	525	945
Total de (redução) contas do passivo	26.964	(14.515)
Caixa líquido gerado proveniente das atividades operacionais	48.468	7.753
Fluxo de Caixadas Atividades de Investimentos		
Aquisição de imobilizado	(338)	(74)
Caixa líquido consumido proveniente das atividades de investimentos	(338)	(74)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Dividendos pagos	(17.179)	(11.273)
Caixa líquido consumido proveniente das atividades de financiamentos	(17.179)	(11.273)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	30.951	(3.594)
Caixa e equivalentes de caixa - início do período	89.346	36.130
Caixa e equivalentes de caixa - final do período	120.297	32.536
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	30.951	(3.594)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

1. Contexto operacional

A Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Distribuidora"), é uma instituição financeira, autorizada a funcionar pelo Banco Centra do Brasil ("BACEN"), e tem como atividade preponderante administrar carteiras e custodiar títulos e valores mobiliários, exercer funções de agente fiduciário, instituir, organizar e administrar fundos de investimentos, além das atividades descritas em seu estatuto social, conforme observado nas disposições legais e regulamentares emanadas principalmente pelo BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Sua matriz está localizada na Avenida das Américas, nº 3434, bloco 7, 2º andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

No primeiro semestre de 2021, os acionistas pessoas físicas, controladores da Distribuidora, através de uma reorganização societária, incorporaram as suas ações em aumento de capital da Oliveira Trust S.A. e esta cedeu suas ações a MCFL Participações S.A., desta forma a Oliveira Trust S.A passou a deter o controle direto da MCFL Participações S.A. e indireto da Distribuidora.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis intermediárias

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do BACEN, em consonância com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas e premissas na determinação do montante de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas e outros créditos, provisão para contingências, realização do crédito tributário, sempre que aplicável, impostos diferidos, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pela Administração em 25 de agosto de 2022.

2.2. Alterações nas normas contábeis brasileiras

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), das quais são aplicáveis às instituições financeiras após aprovadas pelo BACEN. As principais alterações introduzidas e que impactaram as demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas a seguir:

- CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - Resolução 4.924 de 24/6/2021;
- CPC 01 (R1) - Redução do valor recuperável de ativos - Resolução nº 3.566/08;
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução nº 4.524/16;
- CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução nº 4.720/19;
- CPC 04 (R1) - Ativo intangível - Resolução nº 4.534/16;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução nº 4.636/18;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução nº 4.007/11;
- CPC 24 - Evento subsequente - Resolução nº 3.973/11;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução nº 3.823/09;
- CPC 27 - Ativo imobilizado - Resolução nº 4.535/16;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - Resolução nº 4.424/15;
- CPC 41 - Resultado por ação - Resolução nº 3.959/19;
- CPC 46 - Mensuração do valor justo - Resolução nº 4.748/19;
- CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente - Resolução 4.924 de 24/6/2021;
- Resolução 4.144/12 - estrutura conceitual para elaboração e divulgação do relatório contábil financeiro (Pronunciamento conceitual básico), exceto nas matérias não conflitantes com os dispositivos do BACEN.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a. Apropriação de receitas e despesas e destinação do resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do pagamento ou recebimento. A destinação do resultado ocorre ao final do exercício, assim como a constituição de reservas.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias estão apresentadas em milhares de reais. O Real é a moeda funcional e de apresentação da Distribuidora. As informações apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Estão compostas por disponibilidades, em moeda nacional, e aplicações interfinanceiras de liquidez, representadas por aplicações em operações compromissadas - posição bancada, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As Aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Títulos e valores mobiliários

Representado por aplicação em operações em Títulos Públicos Federais classificados em conformidade com as Circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/02 do BACEN. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação dos títulos.

Os títulos e valores mobiliários podem ser classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

- i. Títulos para negociação: Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado;
- ii. Títulos mantidos até o vencimento: Incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos;

iii. Títulos disponíveis para venda: devem ser registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nos itens (i) e (ii) sendo ajustado pelo valor de mercado, computando-se a referida valorização/desvalorização à conta destacada do patrimônio líquido, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

f. Negociação e intermediação de valores

São registrados os recursos de clientes em conta de depósito, com liquidação imediata.

g. Despesas antecipadas

São classificadas as aplicações de recursos em despesas cujos benefícios para a Distribuidora ocorrerão durante o exercício.

h. Provisões para perdas estimadas associadas ao risco de crédito

É constituída com base em perdas prováveis de créditos a receber, com base na análise de risco individual das contas a receber e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos, na forma prevista da Resolução 2.682/99 do BACEN.

i. Permanente

i.1) Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. São classificadas como controladas as empresas sobre as quais a Distribuidora, possui o controle de dirigir as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter os benefícios e riscos de suas atividades;

i.2) O Ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e deduzido da depreciação acumulada, pelo método linear, com base nas taxas de depreciação divulgadas na Nota Explicativa nº 9;

i.3) O Ativo intangível é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada calculada mensalmente pelo prazo de 5 anos.

j. Impostos de Renda e Contribuição Social - Corrente e diferido

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro anual tributável e, quando aplicável, acrescida de adicional específico de 10% sobre o lucro tributável que ultrapassar R\$ 240. A provisão para a contribuição social é constituída à alíquota de 15%, que será ajustada para 16% entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022, na forma da legislação em vigor. As alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

As alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Descrição	%
Imposto de renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	15% e 16%

Os créditos e obrigações tributários diferidos, decorrentes das diferenças temporárias, foram apurados e registrados, levando em consideração as alíquotas de imposto de renda e da contribuição social vigentes e as expectativas de realização de acordo com as operações que os produziram e reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Resolução CMN nº 3059 de 20 de dezembro de 2002, forem atendidos.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, tais como: os impostos diferidos apurados sobre o valor justo de títulos disponíveis para venda. Posteriormente, estes itens são reconhecidos no resultado na realização do ganho/perda dos instrumentos.

k. Ativos e passivos contingentes, provisão para riscos e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos, provisão para riscos e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovada pela Resolução CMN nº 3.823/09 e Carta Circular BACEN nº 3.429/10, conforme segue:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisão para riscos: é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos: são divulgados, conforme Nota Explicativa nº 16 enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os montantes registrados são atualizados de acordo com a legislação vigente;

- Obrigações fiscais correntes (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

I. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

m. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

n. Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

o. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão; e

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades	233	211
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	120.064	89.135
	<u>120.297</u>	<u>89.346</u>

- (a) Estão representadas por operações compromissadas lastreadas por títulos emitidos pelo tesouro nacional com o resgate/revenda previsto/realizado para o dia 01 de julho de 2022 e em 03 de janeiro de 2022 respectivamente.

5. Títulos e valores mobiliários

Avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Descrição	Nível de hierarquia	30/06/2022		31/12/2021	
		Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado
Ações de Companhias fechadas (a)	Nível 3	10.000	10.000	-	-
Total		<u>10.000</u>	<u>10.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Corresponde a ações preferenciais Classe A, nominativas e sem valor nominal, equivalente a 10% do capital social total da Ligi Digital Assets S.A.. A Distribuidora optou por esta classificação uma vez que o investimento foi realizado visando objetivos estratégicos de negócios da OT, não havendo previsão de realização financeira em curto ou médio prazo.

6. Ativos fiscais correntes

Estão assim representados:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
PIS a compensar	31	52
COFINS a compensar	143	241
IRRF a compensar	525	861
CSLL a compensar	349	550
IRPJ antecipação a compensar	2.345	4.055
CSLL antecipação a compensar	963	2.048
Outros	30	30
	<u>4.386</u>	<u>7.837</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

7. Rendas a receber

Refere-se ao saldo a receber, de curto prazo, notadamente por serviços de agente fiduciário e administração de fundos de investimento.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Contas a receber	10.346	8.669
	<u>10.346</u>	<u>8.669</u>

(i) Composição do contas a receber por classificação de risco

Nível de risco	Percentual provisão	30/06/2022		31/12/2021	
		Saldo	Provisão para perdas	Saldo	Provisão para perdas
AA (*)	0,5%	6.278	20	3.188	16
A	0,5%	137	1	401	2
B	1%	178	2	31	-
C	3%	93	3	198	6
D	10%	154	15	183	19
E	30%	97	29	24	7
F	50%	232	116	63	32
G	70%	821	574	92	64
H	100%	2.356	2.356	4.489	4.489
Total de títulos a receber		<u>10.346</u>	<u>3.116</u>	<u>8.669</u>	<u>4.635</u>

(*) Sobre o valor R\$ 2.351, não foi constituído PDD face ao recebimento do crédito no dia útil subsequente

(ii) Composição do contas a receber por faixas de vencimento

Descrição	30/06/2022	31/12/2022
A Vencer	4.161	2.733
Vencidos até 30 dias	3.233	1.707
Vencidos de 31 a 60 dias	377	349
Vencidos de 61 a 90 dias	395	342
Vencidos de 91 a 180 dias	814	531
Vencidos de 181 a 360 dias	577	913
Vencidos acima de 361 dias	789	2.094
Total	<u>10.346</u>	<u>8.669</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

(iii) Movimentação da provisão de perdas esperadas associada aos serviços

Descrição	30/06/2022	31/12/2022
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		
Saldo no início do exercício	4.635	3.643
Constituição da provisão	1.092	3.159
Reversão da provisão	(2.611)	(2.167)
Total das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.116	4.635

8. Outros créditos

Descrição	30/06/2022	31/12/2022
Adiantamentos e antecipações salariais	851	-
Adiantamentos para despesas reembolsáveis	938	686
Adiantamento para fornecedores	43	-
Depósito judicial (*)	118	-
Despesas antecipadas	1.667	541
Total	3.617	1.227

(*) Depósito judicial, realizado em face de mandado de segurança impetrado pela Distribuidora visando afastamento da cobrança de CIDE ("Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico") sobre uso de licença de software (sem transferência de tecnologia), conforme detalhado na nota explicativa nº 17.3. O valor depositado está provisionado, e adicionado à linha Impostos a recolher sobre serviços de terceiros na rubrica Obrigações Fiscais e Previdenciárias apresentada na nota explicativa nº14.

9. Investimentos

9.1. OT Pagamentos S.A.

A controlada OT Pagamentos S.A., tinha por objeto a instituição e administração de arranjo de pagamento próprio, foi responsável por desenvolver as regras e procedimentos que disciplinam a prestação de serviços de pagamento ao público; e a prestação de atividades, no âmbito do seu próprio arranjo de pagamento ou de terceiros, como instituição de pagamento, que incluíam, mas não se limitavam a prestação de emissão de instrumentos de pagamento pré-pagos. Em 30 de novembro de 2021, a OT Pagamentos, que estava em fase pré-operacional, foi encerrada, uma vez que a controlada OT DTVM obteve junto ao Banco Central do Brasil a permissão de atuar como agente pagador.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Atualização dos investimentos na investidora	Valor
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.036
Resultado de equivalência patrimonial	(17)
Saldos em 30 de junho de 2021	3.019
Resultado de equivalência patrimonial	(32)
Liquidação da OT Pagamentos S.A.	(2.987)
Saldos em 30 de novembro de 2021	-

9.2.

Outros investimentos cotas ANBIMA

Cotas ANBIMA - A Distribuidora detém Cotas patrimoniais da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

Investimentos	30/06/2022	31/12/2021
Ações e cotas	6	6
	6	6

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

10. Imobilizado de uso e Benfeitoria de Imóveis de terceiros

Composição	Taxa de depreciação a.a.	30/06/2022			31/12/2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Imobilizado em operação							
Móveis e equipamentos de uso	10%	801	(361)	440	637	(336)	301
Sistema de comunicação	10%	192	(79)	113	191	(70)	121
Sistema de processamento de dados	20%	2.319	(875)	1.444	1.422	(736)	686
Sistema de segurança	20%	21	(6)	15	6	(6)	-
Subtotal		3.333	(1.321)	2.012	2.256	(1.148)	1.108
Benfeitorias	25%	506	(222)	284	506	(167)	339
Total		3.839	(1.543)	2.296	2.762	(1.315)	1.447

Movimentação	Móveis e equipamentos de uso	Sistema de comunicação	Sistema de processamento de dados	Sistema de comunicação	Benfeitorias	Total
Saldo em 31/12/2020	278	139	765	-	449	1.631
Aquisições	70	-	152	-	-	222
Depreciação	(47)	(18)	(231)	-	(110)	(406)
Saldo em 31/12/2021	301	121	686	-	339	1.447
Aquisições	164	1	897	15	-	1.077
Depreciação	(25)	(9)	(139)	-	(55)	(228)
Saldo em 30/06/2022	440	113	1.444	15	284	2.296

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

11. Intangível

Intangível Composição	Taxa de depreciação a.a.	30/06/2022			31/12/2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Imobilizado em operação	20%	330	(293)	37	330	(282)	48
Softwares e licenças de uso							
Total		330	(293)	37	330	(282)	48
Movimentação					Softwares	Total	
Saldo em 31/12/2020					70	70	
Aquisições					1	1	
Amortização					(23)	(23)	
Saldo em 31/12/2021					48	48	
Aquisições					-	0	
Amortização					(11)	(11)	
Saldo em 30/06/2022					37	37	

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

12. Negociação e intermediação de valores

Refere-se aos recursos de clientes, no montante de R\$ 69.769 (R\$ 20.929 em 31 de dezembro de 2021), relativos à depósitos de recursos, com liquidação no dia útil subsequente.

13. Provisões

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Salários a pagar	4	-
13º salário e encargos	876	-
FGTS sobre 13º salários	1	-
INSS sobre 13º salários	225	-
Férias e encargos	2.514	1.964
FGTS sobre férias	201	157
INSS sobre férias	646	505
Participações nos lucros (*)	2.871	4.022
	<u>7.338</u>	<u>6.648</u>

* Referem-se à participação nos lucros pagos aos colaboradores, calculada com base de plano devidamente homologado no sindicato competente, tendo como contrapartida no Resultado a rubrica de participações sobre o lucro cujos saldos foram apresentados no valor de R\$ 2.955 (R\$ 6.906 em 31 de dezembro de 2021).

14. Obrigações fiscais

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Provisão de impostos e contribuições sobre o lucro (a)	14.351	23.091
Impostos e contribuições a pagar (b)	3.212	3.213
	<u>17.563</u>	<u>26.304</u>

(a) Refere-se ao imposto de renda e contribuição a pagar, sobre o lucro tributável do exercício, conforme descrito na Nota Explicativa nº24;

(b) Representados substancialmente por impostos sobre salários e de terceiros.

15. Sociais e estatutárias

Não há saldo de dividendos a pagar aos acionistas no período.

16. Outros passivos

O saldo desse grupo está composto da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Aluguéis a pagar	135	138
Cartão de crédito a pagar	44	16
Adiantamento de clientes (a)	3.285	3.242
Fornecedores a pagar	2.195	712
Provisões de despesas	81	756
Outros	14	12
	<u>5.754</u>	<u>4.876</u>

- (a) Correspondem a recursos de fundos encerrados transferidos à Distribuidora, na qualidade de Administradora, para fazer face ao pagamento das obrigações assumidas por estes até o seu encerramento.

17. Provisão para ativos e passivos contingentes

A Distribuidora acompanha todos os processos administrativos e judiciais em que figura como parte autora ou ré e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso, cuja classificação é revista periodicamente e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

17.1 Ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos é provável, mas não praticamente certa

- a) Ação de repetição de indébito pela não incidência de ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS

Em 14 de março de 2017, a Distribuidora impetrou ação de repetição de indébito com pedido de tutela provisória antecipada em caráter antecedente sobre a declaração de não incidência de ISS na base de cálculo do PIS/COFINS dos últimos 5 (cinco) anos.

Após réplica, em 25 de agosto de 2017, o pedido foi julgado procedente, em parte, condenando a União a restituir a exação recolhida a maior, mediante compensação com contribuição da mesma espécie e destinação com atualização pela taxa SELIC. A União ingressou com recurso de apelação, sem sucesso, tendo oposto então Recurso Extraordinário, que acarretou no sobrestamento do processo até julgamento de recurso de repercussão geral - Recurso Extraordinário n.º 592.616.

Atualmente aguarda-se julgamento do recurso mencionado acima.

- b) Mandado de Segurança pela inexigibilidade do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras

Interposta em 31 de agosto de 2007, a ação dentre outros pleitos, busca a compensação do indébito tributário ao que recolheu a título de PIS e COFINS indevidamente nos últimos 5 anos, contados da distribuição da demanda.

O processo aguarda julgamento de recurso especial selecionado pelo Tribunal em relação ao tributo PIS. Com relação ao COFINS, a Instituição peticionou junto ao D. Juízo para prosseguimento do feito, sem lograr êxito, por entender o Juízo que se deve aguardar o julgamento total do recurso, isto é, em relação à parte que diz respeito ao PIS.

17.2 Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível reclassificada como perda remota

Trata-se de ação ordinária proposta pelo Autor Union National FIDC Financeiros e Mercantis ("Fundo") em face dos Réus Oliveira Trust DTVM, Global Capital S.A. e Banco Bradesco S.A., requerendo que seja reconhecida a responsabilidade solidária destes com relação aos supostos inadimplementos condenando-os a indenizarem os danos emergentes e os lucros suportados pelo autor da ação.

Em 16 de outubro de 2020 foi proferida sentença, em 1ª instância julgando parcialmente procedentes os pedidos do Fundo, tendo sido julgados improcedentes os pedidos em relação à Oliveira Trust. Contra referida sentença, em 18 de dezembro de 2020, foram opostos recursos de apelação pelo Fundo, Bradesco (com relação aos honorários de sucumbência) e pela Global, os quais ainda serão contrarrazoados e, posteriormente, distribuídos ao tribunal de justiça do Estado de São Paulo para julgamento.

Tendo em vista a prolação de sentença de improcedência da ação movida pelo Fundo em relação à Distribuidora, em 31 de dezembro de 2020 o escritório que patrocina a causa, reavaliou a expectativa de perda do processo de possível para remota (posição essa reafirmada para a data-base de 30 de junho de 2022).

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

17.3 Mandado de Segurança pela inexigibilidade da CIDE

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela OT DTVM em 09 de junho de 2022, buscando (i) afastamento da cobrança da CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, diante da ausência de transferência de tecnologia por empresa contratada para prestar serviços de manutenção de software, suportes e assistências; e (ii) o reconhecimento do direito à recuperação dos valores recolhidos no decurso do processo.

Em 14 de junho de 2022 foi concedida medida liminar para reconhecer a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, em decorrência de depósito judicial realizado pela Distribuidora em 13 de junho de 2022, equivalente ao valor da CIDE devida, a fim de que não haja a incidência de multa e juros por ausência de recolhimento da referida contribuição, cujo valor depositado será atualizado pela SELIC.

O processo se encontra em 1ª instância e aguarda-se remessa dos autos à conclusão para sentença.

Com exceção do exposto acima, a Distribuidora não é parte integrante de outros processos judiciais e/ou administrativo relevantes nas esferas cível, tributária ou trabalhista.

18. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2022 é de R\$ 28.524 (R\$ 7.160 em junho de 2021), divididos em 26.000 (vinte e seis mil) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal, de titularidade de domiciliados no país.

b) Aumento de capital social

No 1º semestre de 2021, a instituição submeteu à homologação do Bacen o aumento de capital social com recursos de reservas de lucros, no valor de R\$ 21.364, deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de janeiro de 2021. O valor encontrava-se registrado na conta "Aumento de Capital Social". Em 1º de julho de 2021, a Distribuidora obteve a homologação do Bacen.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

c) Destinação do lucro líquido e reservas de lucros

(i) Reservas de lucros

A Distribuidora apropria 5% do lucro líquido auferido em cada exercício para a formação da Reserva Legal, até que o saldo desta reserva atinja o limite estabelecido na Lei societária equivalente a 20% do capital social. A parcela do lucro não apropriada à Reserva Legal e na distribuição de dividendos é apropriada em Reserva de Retenção de Lucros.

(ii) Dividendos

O Estatuto social da Distribuidora define que serão distribuídos, a título de dividendos mínimos obrigatórios, 25% do lucro líquido ajustado após compensação de prejuízos acumulados e constituição de reserva legal.

Do lucro líquido apurado no primeiro semestre de 2021, R\$ 12.263 foram destinados à distribuição de dividendos, conforme AGE realizada em 30 de junho de 2021, que também aprovou a destinação de R\$ 647 para a reserva legal e de R\$ 23 para a reserva de retenção de lucros. Em dezembro de 2021, adicionalmente, aos dividendos já pagos, a administração propôs aos acionistas o pagamento de dividendos complementares sobre o lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal, o valor de R\$ 17.179 e a destinação de R\$86 para a reserva de retenção de lucros.

Do lucro líquido apurado no primeiro semestre de 2022, foram destinados R\$ 1.012 para reserva legal e a criação de outras reservas de lucros, destinados o montante de R\$ 19.222.

(iii) Valor patrimonial das ações

O valor patrimonial das ações ordinárias no exercício findo em 30 de junho de 2022, correspondem a R\$ 1.938,421644 (hum mil, novecentos e trinta e oito reais, quatrocentos e vinte e um mil, seiscentos e quarenta e quatro milionésimos de centavos) por ação.

19. Resultado da intermediação financeira

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Compromissada	5.513	642
LFT	-	205
	5.513	847

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

20. Receita de prestação de serviços

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Taxa de administração	19.329	16.003
Serviços qualificados	29.510	24.540
Agente fiduciário	31.027	17.067
	<u>79.866</u>	<u>57.610</u>

21. Despesas tributárias

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
ISS	(3.416)	(2.401)
COFINS	(3.425)	(2.341)
PIS	(557)	(380)
Outros	(110)	(95)
	<u>(7.508)</u>	<u>(5.217)</u>

Em relação as alíquotas aplicáveis à Distribuidora, considera-se: (i) PIS (0,65%); (ii) COFINS (4%) e (iii) ISS que pode variar de (2% a 5%).

22. Despesas administrativas

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Luz	(170)	(129)
Aluguel	(1.248)	(1.147)
Comunicações	(392)	(430)
Manutenção	(95)	(65)
Material	(103)	(91)
Processamento de dados	(9.985)	(5.122)
Promoções e relações públicas	(275)	(284)
Propaganda e publicidade	(81)	(17)
Publicações	(58)	(67)
Seguros	(43)	(31)
Serviços financeiros	(282)	(217)
Serviços de terceiros	(1.647)	(633)
Serviços técnicos	(2.509)	(2.527)
Transporte	(31)	(86)
Viagens	(139)	(32)
Depreciação e amortização	(239)	(214)
Outras	(550)	(552)
	<u>(17.847)</u>	<u>(11.644)</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

23. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores é baseada nas melhores práticas de mercado obtida por meio de pesquisa de mercado setoriais e entidades sindicais, sendo proposta pelo comitê de remuneração, observado o disposto no estatuto social da Distribuidora, e submetida à assembleia geral para aprovação.

A remuneração é fixa, não havendo bônus a ser adicionada à remuneração dos administradores, cujo pagamento é realizado mensalmente em moeda corrente nacional e mediante transferência bancária.

24. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

a) Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente

Descrição	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Resultado antes da tributação e da participações estatutárias sobre o lucro	33.787	21.729	33.787	21.729
Adições e (exclusões)	2.118	2.573	2.118	2.573
Base de cálculo - Contribuição social e IRPJ	35.905	24.302	35.905	24.302
Aliquota nominativa (15%+ 10% adicional)	25%	25%	15%	15%
(=) Imposto de renda e contribuição social antes das deduções	8.965	6.064	5.386	3.645
(-) Programa de alimentação ao trabalhador	-	-	-	-
(-) Patrocínios e doações	-	-	-	-
(=) Despesas do Imposto de Renda e da Contribuição Social	8.965	6.079	5.386	3.645
b) Imposto de renda e contribuição social diferido				
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Saldos das diferenças temporárias	1.995	2.320	1.995	2.320
Aliquota	25%	25%	15%	15%
Saldos lançados a resultados em	499	580	299	348
Despesas do Imposto de Renda e da Contribuição Social, líquida	8.467	5.499	5.087	3.297

25. Gerenciamento de riscos e de capital

Em atendimento às determinações do BACEN, a Distribuidora definiu uma estrutura e estabeleceu políticas e normas internas para o gerenciamento de riscos e capital decorrentes de suas operações e atividades, mantendo uma postura conservadora em relação à exposição de risco.

Em fevereiro de 2017, o BACEN publicou a Resolução nº 4.557, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, revogando as Resoluções nº 3.988, nº 3.380, nº 3.464, nº 3.721 e nº 4.090 após prazo de implementação das recomendações previsto na norma. A Distribuidora está classificada no Segmento 4 (S4), conforme Resolução nº 4.553 do CMN.

a) Gerenciamento de riscos

A gestão de riscos é realizada de forma unificada e compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes, tendo por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

Esta gestão unificada é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Risco de crédito

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas pela Distribuidora. Estas perdas podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.

Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pela Distribuidora, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Distribuidora.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade da Distribuidora não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da Distribuidora não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco socio ambiental

Conforme determinado pela Resolução CMN no 4.327, de 25 de abril de 2014, a exposição ao risco socioambiental define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas de danos socioambientais.

O processo de gerenciamento de risco socioambiental permite que os riscos sejam previamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados. Os processos adotados são pautados pela adoção de rotinas e procedimentos utilizados para a identificação, classificação, avaliação, monitoramento, prevenção e controle do risco socioambiental em suas atividades e operações, sobretudo no estabelecimento de critérios e mecanismos específicos para atividades econômicas com maior probabilidade de causar danos socioambientais.

b) Gerenciamento de capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Distribuidora adota diretrizes de gestão de Capital visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Suficiência de capital (visão regulatória)

A gestão do capital é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e ao estabelecimento de uma base sólida de Capital, viabilizando o desenvolvimento dos negócios e das operações conforme plano estratégico da Instituição.

Índices de capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Monitoramento e Transparência

O controle e monitoramento do nível adequado de capital e o cálculo das parcelas de capital requeridas para a cobertura da exposição aos riscos são realizados mensalmente através de sistema informatizado, tomando como base o Demonstrativo de Limites Operacionais - DLO.

O resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de capital e gestão integrada riscos está disponível na página eletrônica da Distribuidora no endereço www.oliveiratrust.com.br e os relatórios completos estão à disposição dos interessados em sua sede.

26. Ouvidoria

A Distribuidora, atendendo exigências contidas na Resolução CMN nº 4.433/15 e Circular 3.503/10 ambas editadas pelo Banco Central do Brasil e à Instrução CVM nº 529/2012, possui componente organizacional - Ouvidoria - composto por um Diretor e um Ouvidor, cujo atendimento se dá em dias úteis de 8h às 20h.

27. Limites operacionais

Em 30 de junho de 2022 e 2021, a Distribuidora se encontra enquadrada nos limites de capital e patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução 2.099/94 e legislação complementar.

O índice de Basileia em 30 de junho de 2022 é de 22,98% e (18,98% em 30 de junho de 2021).

28. Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2022 e 2021, a Distribuidora não possuía operações próprias com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

29. Outras informações

Recursos sob administração e custódia

Em 30 de junho de 2022, os patrimônios líquidos dos fundos sob Administração da Distribuidora, totalizavam R\$ 87 bilhões (30/06/2021 - R\$ 76 bilhões) e o total de títulos sob custódia R\$ 85 bilhões (30/06/2021 - R\$ 64 bilhões).

Possíveis impactos relacionados ao conflito entre Rússia e Ucrânia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou um confronto armado contra a Ucrânia em seu território. O mercado avalia que os principais impactos econômico-financeiros desencadeados por este episódio são o aumento generalizado do preço do barril de petróleo, pressionando uma inflação mundial do produto e o aumento do preço dos grãos que pode ter efeitos sobre a segurança alimentar dos países que dependem das exportações da Ucrânia e Rússia.

Na contramão das adversidades do cenário macroeconômico e até a data de aprovação destas informações financeiras intermediárias, a Administração da Distribuidora avaliou e, entende que não há impactos significativos em sua operação. A Administração avalia de forma constante o desdobramento do conflito com o objetivo de implementar medidas para mitigar qualquer impacto em suas operações.

Outras informações

Em atendimento à Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional, a Distribuidora, no exercício, contratou a BDO RCS Auditores Independentes SS apenas para a prestação de serviços de auditoria externa, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço à Distribuidora no exercício. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

30. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas decorrem do curso normal dos negócios e são efetuadas a valores e taxas usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

A Distribuidora administra o Fundo de Investimento OT Soberano no qual sua controladora MCFL investe.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Em 30 de junho de 2022, as partes relacionadas Oliveira Trust Servicer S/A e Holding S.A, integrante do mesmo grupo econômico, apresentava saldo em conta corrente na Distribuidora, que ora segue apresentado:

Ativo	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e equivalente de caixa		
Oliveira Trust Servicer S/A	1.746	-
Holding Trust S.A.	72	91
Passivo		
Negociação e intermediação de valores		
Oliveira Trust DTVM S.A	1.818	91

31. Cobertura de seguros

A Distribuidora adota uma política de seguros, com objetivo de prover a cobertura contra incêndios, danos patrimoniais, subtração de ativos imobilizados e de responsabilidade civil, os quais são utilizados nas atividades operacionais. Desta forma, em 30 de junho de 2022 estão contratados seguros cobrindo valores em risco de até R\$21.546.

32. Eventos subsequentes

Após 30 de junho de 2022 e até a presente data não ocorreram eventos que podem influenciar as decisões econômicas a serem tomadas pelos usuários com base nessas demonstrações contábeis intermediárias.

José Alexandre Costa de Freitas
Diretor
CPF: 008.991.207-17

Carlos Henrique Correa Sismil
Diretor
CPF: 011.896.377-58

Geisa Gomes de A.A. Cunha
Contadora
CRC-RJ: 088415/O-2
CPF: 093.165.737-77